

Relatório do Grupo PPE

Número 8 / Setembro | 2011



Euro: fundamental uma decisão colectiva dos países da zona Euro

Eduard Sloomweg

"A Europa deve realizar um *big-bang*, seja este uma federação, os Estados Unidos da Europa, ou muito simplesmente, a integração", declarou Joseph Daul (F), Presidente do Grupo PPE, debatendo a situação económica com o Presidente da Comissão José Manuel Durão Barroso.

Para Joseph Daul, "é chegada a hora de os países da zona Euro, e de todos os outros Estados da UE que se queiram associar, agirem de forma decidida, mediante a adopção, conjunta e simultânea, de medidas suficientemente fortes para pôr fim às dúvidas sobre a capacidade da Europa em assumir as suas responsabilidades."

No debate sobre a crise económica, no Parlamento Europeu, Joseph Daul defendeu que, sob proposta da Comissão, os Governos da Zona Euro e todos os da União que o desejassem fazer, deveriam tomar a decisão de lidar de uma forma drástica com a respectiva dívida, tomando, colectivamente e na mesma data, medidas coordenadas para garantir a sustentabilidade dos sistemas de pensão ou para garantir a harmonização efectiva das suas políticas fiscais, em especial no que respeita às empresas.

"Fazer do governo económico uma realidade assumida por todos os países da zona Euro permitiria à Europa matar dois coelhos de uma cajadada: demonstraria a sua capacidade de acção a longo prazo e reforçaria a coesão entre os seus cidadãos, que estariam finalmente sujeitos aos mesmos direitos e obrigações. A tomada de medidas coordenadas de disciplina orçamental, sem deixar de favorecer o necessário crescimento das nossas economias, permitiria à Zona Euro dotar-se de normas convergentes e dar um sinal claro e forte da sua vontade de reforçar a integração", prosseguiu Joseph Daul.

"Embora cientes de que esta crise europeia exige uma resposta europeia, e não apenas nacional, os nossos cidadãos têm ainda dúvidas quanto à capacidade dos líderes nacionais e europeus para pôr fim a esta crise de confiança e de crescimento reduzido.

O que está em jogo nos próximos três meses é a capacidade da Europa para regressar à via do crescimento e do emprego, preservar o seu modo de vida e defender os seus valores. Só um acto importante de integração nos permitirá estar à altura dos desafios", concluiu Joseph Daul.

Frontex – o mandato renovado reforçará a Agência Europeia de Gestão das Fronteiras Externas

David Stellini

O Parlamento Europeu aprovou uma nova lei que confere à Agência Europeia de Gestão das Fronteiras Externas, Frontex, um mandato renovado com mais recursos e instrumentos à sua disposição. Foi realizada a votação com 431 votos a favor, 49 votos contra e 48 abstenções.

Esta lei promoverá a eficácia da agência e aumentará o controlo democrático da Frontex pelo Parlamento Europeu.

O relator do Parlamento, Simon Busuttil (MT), descreveu a votação como "o momento mais alto de mais de um ano de trabalho", batendo-se por alcançar um acordo sobre o tema complexo e controverso do reforço da Agência Europeia de Gestão das Fronteiras Externas da União.

Simon Busuttil saudou a introdução da noção de Equipas de Guardas de Fronteira Europeias como um avanço no sentido de uma identidade europeia mais forte desta agência.

"Quando os guardas de fronteira nacionais participarem em missões da Frontex, intervirão agora como Guardas de Fronteira Europeus. Isto sublinha a ideia de que, num Espaço Schengen de livre circulação, o reforço das nossas fronteiras externas não diz respeito apenas aos Estados-Membros das fronteiras, mas constitui uma questão de interesse comum", salientou.

"Infelizmente, a maior parte dos Estados-Membros não honraram os seus compromissos de disponibilizar recursos para as missões da Frontex. Penso que este era o problema mais premente na medida em que impedia a eficácia da agência", indicou o deputado do Grupo PPE.

Com esta nova lei, a Frontex poderá adquirir, arrendar e possuir a propriedade exclusiva ou conjunta de bens. Através da solidariedade obrigatória, os Estados-Membros serão juridicamente obrigados a honrar os seus compromissos relativos a guardas de fronteira nacionais designados ou destacados para a agência. A Frontex também terá poderes para processar dados pessoais obtidos durante as missões e para utilizá-los na luta contra a criminalidade.

"A Frontex foi objecto de acusações graves no que respeita às operações de salvamento no mar. Esta nova lei cria um Fórum Consultivo em matéria de direitos fundamentais que actuará como uma entidade supervisora da Frontex. O novo Agente para os Direitos Fundamentais da Frontex contribuirá para uma melhor condução destas questões. Contudo, o aspecto mais importante, no caso de uma violação dos direitos humanos, prende-se com a suspensão ou fim das missões da Frontex ", concluiu Busuttil.

Revoltas árabes: o Grupo PPE elogia o povo líbio pela sua coragem

Eva Mitsopoulou

"O Grupo PPE não pode continuar a tolerar o derramamento de sangue na Síria e a violência mortal empregue pelas autoridades sírias que levou a que mais de 2600 manifestantes civis não armados perdessem as suas vidas. Consideramos vergonhoso que o Conselho de Segurança da ONU não tenha ainda conseguido chegar a acordo sobre uma resolução e se contente com uma simples Declaração", afirmou Ioannis Kasoulides (CY), Vice-Presidente do Grupo PPE, responsável pelas relações externas, no debate em plenário sobre a situação na Síria.

Na sua intervenção no plenário, Ioannis Kasoulides também lamentou a passividade que a Rússia e a China demonstraram, na qualidade de membros permanentes do CSNU, perante os desenvolvimentos que se estão a verificar mesmo «debaixo dos seus narizes» e o facto de não cumprirem as suas obrigações. Ioannis Kasoulides apoia também uma abordagem mais dura em relação a estes países, como prometida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Alain Juppé.

Os deputados do Grupo PPE que intervieram no mesmo debate lamentaram o atraso com que a Liga Árabe reagiu aos acontecimentos na Síria. Congratularam-se com a adopção pelo Conselho, em 2 de Setembro de 2011, de novas medidas restritivas contra o regime sírio, nomeadamente a proibição da importação de petróleo bruto para a UE e salientaram que a única solução para a actual crise passa por um processo político inclusivo e conduzido pelos sírios.

Intervindo no debate sobre a situação na Líbia, José Ignacio Salafranca (E), porta-voz do Grupo PPE para as questões de política externa, afirmou: "A UE deve definir a Primavera Árabe como uma das suas prioridades por dois motivos. Em primeiro lugar, para estar à altura dos gritos de liberdade e de dignidade que se fazem ouvir em todo o Norte de África e países árabes. Em segundo lugar, para evitar que o fundamentalismo islâmico radical nidifique entre nós,

impedindo o processo de transição nestes países e, em especial, ameaçando novamente a liberdade com barbaridade e fanatismo."

A necessidade de prestar ajuda humanitária, garantir a segurança e os controlos das fronteiras e assegurar não só a reconstrução económica, mas também um processo de transição, em circunstâncias muito difíceis, que garanta que não haverá impunidade para os crimes contra a humanidade, foram algumas das principais questões suscitadas pelos deputados do Grupo PPE durante o debate.

O plenário do Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação na Síria e uma segunda sobre a situação na Líbia na quinta-feira, 15 de Abril de 2011, encerrando os respectivos debates.

Energia: novo regime de monitorização nos mercados energéticos da UE

Miklós Panyi

As diferentes actividades de monitorização do mercado dos Estados-Membros são actualmente incapazes de dar resposta à natureza transfronteiriça dos diferentes produtos energéticos. Assim, a aprovação do Relatório sobre o Regulamento relativo à integridade e à transparência nos mercados da energia (REMIT) constitui um passo decisivo no sentido da implementação do Mercado Comum da Energia que estabelecerá uma supervisão a nível da União das operações de comercialização grossista da energia. O relator-sombra do Grupo PPE, András Gyürk (HU), saudou, em primeira leitura, o compromisso alcançado nesta matéria pelo Parlamento Europeu, uma vez que este aumentará a transparência e produzirá resultados mais rápidos para os consumidores.

O objectivo do Regulamento é reforçar a transparência e impedir os abusos de mercado, em especial nos casos de transacções comerciais transfronteiriças. A actividade de monitorização ao nível da União será exercida pela Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) que será responsável pela recolha de dados, monitorização do comércio e coordenação das potenciais acções dos Estados-Membros. As autoridades reguladoras nacionais terão acesso à base de dados da ACER e desenvolverão actividades de investigação e de controlo da execução.

O método exacto e a forma de comunicação de informações serão elaborados pela Comissão Europeia e aprovados pelo Parlamento e pelo Conselho. Além disso, o Regulamento dá um passo significativo no sentido da instituição de um mercado energético europeu único, estabelecendo uma base de dados de transacções comerciais nos mercados grossistas de energia e criando um registo europeu dos comerciantes de energia sempre que não exista um regime de licenciamento.

"É inevitável a criação de uma base de dados sólida que permita à ACER identificar os operadores do mercado e compreender integralmente os mercados energéticos. Não obstante, os encargos administrativos de um tal regime deveriam ser minimizados e as comunicações paralelas evitadas", salientou András Gyürk.

As mulheres que se aproximam da idade de reforma não devem ser ignoradas

Atilla Agárdi

A sessão plenária do Parlamento Europeu aprovou esta semana um relatório da deputada Edit Bauer (SK) sobre a situação de desvantagem das mulheres que se aproximam da idade da reforma.

O relatório trata do mais negligenciado grupo etário do mercado de trabalho e formula recomendações à Comissão Europeia e aos Estados-Membros a esse respeito. É vergonhoso o facto de a taxa de emprego das mulheres com mais de cinquenta anos ser apenas 37%, quando a Estratégia Europa 2020 fixou a meta nos 75%. Segundo Edit Bauer, devem ser tomadas medidas rigorosas para manter este grupo etário no mercado de trabalho, impedindo estas mulheres de viverem os seus anos de reforma na pobreza. Estas mulheres possuem conhecimentos, aptidões e experiência que não devem, em seu entender, ser negligenciados.

Infelizmente, as mulheres com mais de cinquenta anos são frequentemente vítimas no dia a dia de múltiplas discriminações. Estas mulheres são discriminadas não só em razão do seu género, mas também da sua idade. As mulheres são consideradas idosas numa idade muito menos avançada do que os homens, o que indica, em si mesmo, uma clara discriminação. Além disso, as diferenças salariais em razão do género, no caso das mulheres idosas, são muito mais marcantes do que em qualquer outro grupo etário. Isto fica sobretudo a dever-se ao facto de as mulheres serem frequentemente obrigadas a interromper as suas carreiras, a maior parte das vezes devido ao nascimento de um filho, ou para prestar assistência no domicílio a familiares dependentes. Estes denominados "períodos inactivos" acumulam e têm um impacto consideravelmente negativo no cálculo da pensão.

Além disso, devemos impedir que as mulheres sejam penalizadas em virtude da maternidade ou pelo facto de prestarem assistência a familiares. No seu relatório, Edit Bauer exorta a Comissão Europeia e os Estados-Membros a terem em conta estes factores durante a preparação da reforma das pensões.

Anti-corrupção: como preencher a lacuna entre legislação e realidade

Por iniciativa de Monica Macovei (RO) e com o apoio do Grupo PPE, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre o combate à corrupção na Europa. Segue-se um debate com o Conselho e com a Comissão sobre as medidas a aplicar para preencher a lacuna entre a legislação em matéria de luta contra a corrupção e a realidade e a resposta a dar à firme expectativa dos cidadãos no que diz respeito à acção da UE de combate à corrupção.

Estima-se que a corrupção atinja anualmente 120 mil milhões de euros, aproximadamente a dimensão do orçamento anual da UE, e que produz distorções na economia, concorrência e mercado interno.

Os cidadãos europeus que pagam impostos e respeitam a lei devem ter a certeza de que o seu dinheiro não é desperdiçado pela corrupção, fraude e abusos. A crise económica, com a falta de confiança que gera nas pessoas, exige a introdução urgente de um mecanismo anti-corrupção. Isto ainda é mais importante quando se discutem as diversas formas de assistência e de redes de segurança na União.

A Comissão necessita de dar prioridade à luta contra a corrupção no âmbito da sua agenda para a segurança nos próximos anos, incluindo a afectação dos recursos humanos e financeiros.

A Comissão aprovou um pacote anti-corrupção em Junho de 2011 que inclui um mecanismo de informação.

Eugen Sandu

Política de matérias-primas é política de emprego

"Política de matérias-primas é política de emprego. Queremos reduzir a dependência da UE em relação a países terceiros, manter os empregos no interior da UE e assegurar a competitividade e sustentabilidade da economia europeia. Para isso, necessitamos de uma estratégia abrangente no domínio das matérias-primas", afirmou Paul Rübig (AT) o relator-sombra do Grupo PPE do relatório sobre uma estratégia eficaz para a Europa no domínio das matérias-primas. O Parlamento aprovou o relatório nesta sessão com uma esmagadora maioria pluripartidária. O relatório define as orientações do Parlamento para uma futura estratégia da UE para as matérias-primas.

"À luz da explosão dos preços das matérias-primas, temos a opção de nos mantermos à margem e ver os outros a tomar as decisões, ou lutar por preços justos e por um acesso equilibrado às matérias-primas", declarou Rübig.

Salientou que é óbvio que as normas ambientais e os critérios de sustentabilidade têm de ser satisfeitos: "Uma das nossas exigências relativamente à nova estratégia prende-se com a necessidade de esta ser consentânea com os objectivos da política de desenvolvimento." Mas o acesso às matérias-primas também tem de ser assegurado na Europa.

O Grupo PPE acolhe favoravelmente o relatório que se centra no acesso a matérias-primas estratégicas e importantes, assim como em questões de eficiência dos recursos, reciclagem e substituição de matérias-primas, incluindo a gestão eficaz dos resíduos. A China controla actualmente o acesso a 97% dos elementos de terras raras disponíveis a nível mundial, que são indispensáveis para o sector das TI.

Daniel Köster